

Euter Paniago Junior*
Flávio Sacco dos Anjos**
Fernanda Novo da Silva***

ARTIGO

A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE JATAÍ – GO

Resumo

Este trabalho foi realizado no município de Jataí — Goiás, com assentados da reforma agrária nos assentamentos Rio Claro, Santa Rita, Rio Paraíso, Gurita e Nossa Senhora do Guadalupe, e com os extensionistas rurais da EMATER/GO e os técnicos contratados mediante convênio INCRA/SEBRAE. O objetivo do trabalho foi investigar em que medida a adoção dos procedimentos metodológicos preconizados no PNATER tem sido efetivamente assimilada pelos técnicos de campo, observando se está contribuindo, ou não, para melhorar as condições de vida dos assentados do município de Jataí/GO. Para isso, utilizamos os seguintes instrumentos de investigação: entrevistas semi-estruturadas realizadas com as lideranças dos assentados, com os assentados e com os técnicos que atuam nos assentamentos. Os resultados da pesquisa revelam que na atuação cotidiana os técnicos responsáveis pela ATER no município continuam utilizando métodos e práticas que remetem ao período que predominou a abordagem difusionista, bem como confirma que os serviços de ATER no município não privilegiam o enfoque preconizado no PNATER e não priorizam a utilização de procedimentos metodológicos participativos.

Palavras-Chave: Assistência Técnica e Extensão Rural; Assentamentos da Reforma Agrária; Metodologias Participativas.

Abstract

This work was conducted in the city of Jataí — Goiás, with settlers of agrarian reform settlements in Rio Claro, Santa Rita, Paraíso River, Gurita and Our Lady of Guadalupe, and the rural extension of EMATER / GO and contract technical agreement by INCRA / SEBRAE. The objective was to investigate to what extent the adoption of methodological procedures recommended in PNATER has been effectively assimilated by field technicians, observing if contributing or not to improve the living conditions of the settlers of the city of Jataí / GO. For this, we use the following research instruments semi-structured interviews with the leaders of the settlers, with the settlers and the technicians who work in the settlements. The survey results show that the daily performance of the technicians responsible for ATER in the city continue using methods and practices that refer to the period predominated diffusionist approach and confirms that ATER services in the municipality does not favor the recommended approach in PNATER and not prioritize the use of participatory methodological procedures.

Keywords: Technical Assistance and Rural Extension; Settlements Land Reform; Participatory Methodologies.

* Engenheiro Agrônomo, Doutorando em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: euter_jr@yahoo.com.br.

** Engenheiro agrônomo, D.Sc, Professor, Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

E-mail:saccodosanjos@gmail.com.

*** Engenheira Agrônoma, Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas, (UFPel).

E-mail: femandanovo@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) preconiza a ampla e aprofundada utilização de procedimentos metodológicos que incentivem a participação dos beneficiários em todas as etapas do processo de desenvolvimento de suas comunidades ou assentamentos rurais.

Para atuar nesta nova realidade a Pnater recomenda que as ações dos serviços de assistência técnica e extensão rural pública priorizem a utilização de abordagens metodológicas participativas que assegurem a construção coletiva de saberes, o intercâmbio de conhecimentos e o protagonismo dos atores na tomadas de decisões. (Pnater, 2008).

Neste contexto, a metodologia que é hoje indicada deve englobar um conjunto de técnicas de abordagem e de incentivo que provoquem, no agricultor, a motivação necessária para o desenvolvimento de iniciativas tanto no âmbito estrito da extensão rural, entendida aqui como expressão da melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, quanto na esfera da assistência técnica propriamente dita.

Os procedimentos metodológicos são utilizados como ferramentas nas ações do extensionista para alcançar determinados fins ou metas preestabelecidas, buscando o desenvolvimento dos agricultores envolvidos e a compreensão do alcance de diferentes formas de atuações nos mais diversos contextos.

Segundo Abramovay (1997):

[...] métodos não se limitam a técnicas de comunicação, nem estas são o seu aspecto mais relevante. Esta absolutização das técnicas de comunicação será tanto mais acentuada, quanto mais o extensionista encarar sua missão como a de levar conhecimentos novos a populações desprovidas de qualquer saber. [...] a extensão rural é um diálogo de saberes, uma descoberta coletiva de potenciais que a organização social será capaz de trazer à luz. (ABRAMOVAY, 1997, p.150).

Nesse mesmo trabalho, o autor registra a vinculação histórica entre extensão e crédito agrícola e os reflexos decorrentes dos métodos predominantes de atuação. Afirma que o principal desafio metodológico da extensão deve ser entender o extensionista como um agente de desenvolvimento, a partir de um amplo processo de mobilização social.

Em um trabalho no qual analisou a atuação da extensão rural em áreas de assentamento, Dias (2004) abordou a questão metodológica, concluindo que:

A construção de referenciais ou princípios metodológicos deve, ao mesmo tempo, orientar e ser orientada pelos processos de capacitação dos técnicos e dos agricultores, reduzindo as distâncias entre as intenções e o campo das relações sociais concretas em que a proposta se realiza. Dessa forma, a noção de desenvolvimento participativo seria compreendida como um processo no qual os técnicos e os agricultores construiriam, ao decorrer dos trabalhos, capacidades técnicas e políticas para intervir nos rumos das próprias intervenções, fazendo valer suas habilidades e projetos (DIAS, 2004, p.536).

Os métodos participativos, desenvolvidos nas últimas décadas, utilizam, entre outros recursos, as chamadas dinâmicas de grupo. Esses novos procedimentos estão sendo adotados na promoção do desenvolvimento sustentável e no estabelecimento de estratégias eficazes destinadas a diminuir as desigualdades constatadas em diversas regiões rurais, notadamente em áreas de assentamentos rurais.

Existem diversas denominações e variações dessas metodologias participativas: Diagnóstico Rural Participativo (DRP), Pesquisa e Desenvolvimento (PD), Unidades de Experimentação Participativa (UEP), Desenvolvimento de Tecnologia Participativa (DTP), Escolas de Campo de Agricultores (ECA), Manejo Florestal Participativo (MFP), Orçamento Participativo (OP), dentre outras. Cada discriminação citada possui abordagens distintas e combina vários métodos. Contudo, elas apresentam algumas etapas comuns, quais sejam, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação.

A partir da instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a questão metodológica ganhou uma grande dimensão, uma vez que o art. 3º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2011, que estabelece os princípios dessa política, determina, em seu item III, a adoção de metodologia participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública. Concretamente diz que:

A Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural preconiza que a missão da ATER brasileira é: participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria de qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004, p.9).

O próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela implantação das ações preconizadas, reconhece que o serviço de ATER no país ainda não se apropriou, integralmente, dos princípios e das diretrizes preconizados.

Isso se confirma na pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de ATER, algumas, inclusive, inadequadas à abordagem pedagógica definida na PNATER.

Constata-se, entretanto, que o serviço de Ater no país ainda não se apropriou integralmente desses princípios e diretrizes. Isso se confirma na pluralidade de práticas extensionistas adotadas pelas diversas organizações de Ater, algumas inclusive, incoerentes com a abordagem pedagógica definida na Pnater (MDA, 2010, p.7).

Essas dificuldades foram descritas por Caporal (2011) em reflexão recente sobre o estado em que se encontram os serviços de ATER do Brasil. Afirmo o autor que:

A lei recomenda a adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (BRASIL, 2010). Entretanto, as primeiras chamadas de projetos que foram publicadas vão contra este princípio, pois as chamadas estabelecem, a priori, um pacote de métodos de ATER que é insuficiente para e/ou inibidor de processos participativos. Como se sabe, a adoção de metodologias participativas supõe uma ampla articulação com as comunidades rurais e uma adesão livre e democrática dos participantes. Isso requer um tempo de maturação, o que não se viabiliza através de contratos de curto prazo e que estabelecem atividades que devem ser executadas com rapidez para que as entidades possam receber por seus serviços (CAPORAL, 2011, p.4).

Na mesma linha, tanto os objetivos como as diretrizes dessa política enfatizam a necessidade de que a práxis extensionista seja baseada em metodologias que assegurem a participação dos beneficiários em todas as fases do processo de desenvolvimento: diagnóstico, monitoramento, avaliação e reprogramação de ações. Uma das premissas dessa participação/inclusão dos agricultores familiares nos programas de desenvolvimento sustentável diz respeito à necessidade da realização de um diagnóstico em que um conjunto de quesitos dos grupos comunitários (aspirações, práticas, saberes, valores e perspectivas) sejam reconhecidos e considerados na formulação dos trabalhos de extensão rural. Para tanto, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) se apresenta como um importante instrumento de trabalho.

Esse método é descrito por Verdejo (2006) como um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e comecem, a partir daí, a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Dessa maneira, os participantes devem compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e de ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas.

Esse conjunto de técnicas se insere no contexto de processo educativo amplo que permite fazer aflorar as percepções e as capacidades das pessoas e dos grupos comunitários, podendo também se transformar em um sólido instrumento de apoio à participação dos agricultores familiares em todas as fases de elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento, bem como auxiliar nos procedimentos avaliativos desses projetos.

Para Chambers (1992), o DRP pode ser descrito como um conjunto de enfoques e métodos que permite à população local compartilhar, analisar e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre a vida e suas condições, com o objetivo de planejar e agir. Um dos objetivos básicos do DRP é sistematizar as informações sobre uma determinada localidade, atentando para seus problemas e suas potencialidades e visando à elaboração de programas de desenvolvimento. Além disso, esse método busca ampliar a capacidade crítica das pessoas em relação aos seus problemas cotidianos. Nesse caso, o DRP funciona como uma espécie de ponte entre a realidade local e os agentes externos, valorizando a participação dos beneficiários nos projetos de desenvolvimento.

O instrumental metodológico que compõe o DRP permite a realização de um processo exploratório inicial mais adequado, bem como pode ser útil para o aprofundamento de um aspecto considerado relevante, que necessita ser conhecido em detalhes. O DRP também colabora com o monitoramento do trabalho, aferindo a aprovação e a satisfação da população com o trabalho desenvolvido ou as correções necessárias ao longo do processo.

Tratando sobre o tema, Caporal (2002) discorre que o DRP é uma metodologia adequada para trabalhar com grupos, com condições mais ajustadas, contribuindo para reduzir os custos da atividade extensionista. Esse autor afirma que o DRP é um método participativo que permite uma maior “apropriação e análise” de informações por parte das famílias rurais envolvidas e seu papel nas ações. Ou seja, com o DRP, diminui o papel de agentes externos, enquanto aumenta o papel das famílias rurais em todas as fases do ciclo de um projeto levado a cabo em uma determinada localidade ou comunidade.

Há um conjunto de técnicas que podem ser adotadas, as quais transformam o DRP em um instrumental metodológico aberto, flexível e transparente. Entre essas técnicas, destacam-se a elaboração participativa de mapas, as entrevistas para resgate de aspectos históricos, as evoluções temporais, as caminhadas exploratórias, os diagramas e as representações.

Chambers (1992) também identificou quatro grandes áreas em que o DRP é bastante utilizado, quais sejam: gestão de recursos naturais, redução das desigualdades, saúde e nutrição e desenvolvimento rural propriamente dito. Nesse último caso, o DRP fornece auxílio tanto na avaliação dos recursos disponíveis como em outras questões que afetam as necessidades prementes das comunidades rurais (organização da produção, comercialização, crédito, etc.).

Dessa forma, observa-se que o método participativo responde a uma grande quantidade de questões que perpassam as formulações e execuções dos projetos de desenvolvimento e que colocam os beneficiários dessas ações como protagonistas de um processo mais amplo.

A questão primordial deste estudo é saber em que medida a assistência técnica prestada aos assentamentos da reforma agrária de Jataí/GO, utiliza estes procedimentos na sua atuação cotidiana. Investigando se a adoção dos procedimentos metodológicos preconizados no PNATER tem sido efetivamente assimilada pelos técnicos de campo, observando se está contribuindo, ou não, para melhorar as condições de vida dos assentados do município de Jataí/GO.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa tiveram início com um conjunto de entrevistas semi-estruturadas com as lideranças dos diversos assentamentos onde se desenvolveu este estudo. Essas entrevistas buscaram identificar a visão das lideranças dos assentados sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural existente em cada área, bem como os principais problemas e possíveis contribuições no processo de desenvolvimento do assentamento. A primeira entrevista foi realizada com o representante atual de cada uma das organizações existentes em cada área. Para ampliar a contribuição das lideranças dos assentamentos, a segunda entrevista deste segmento buscou um representante da primeira diretoria dessas organizações ou um representante que houvesse participado da trajetória de estruturação e consolidação de cada um dos assentamentos.

Simultaneamente foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o responsável técnico do assentamento, com o intuito de identificar a visão do técnico sobre a ATER e as principais dificuldades e os procedimentos metodológicos utilizados. Esses procedimentos buscaram identificar a visão dos envolvidos diretamente no processo de ATER.

Para consolidar o estudo foram realizadas entrevistas com seis assentados por área estudada, buscando identificar se esses entendem a importância da ATER, e se

essa vem atendendo as suas expectativas. Tal preocupação se justifica na medida em que também evidencia se as visões das lideranças estão sintonizadas com o conjunto dos assentados.

As entrevistas ocorreram nos meses de setembro a dezembro de 2013, com o intuito e a expectativa de verificar *in loco* a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural. A primeira preocupação foi definir o número de pessoas a serem ouvidas na pesquisa (agricultores assentados, lideranças dos agricultores familiares assentados e técnicos locais). Os atores entrevistados foram definidos com base no prévio conhecimento que o pesquisador possui do município onde atua diretamente há mais de dez anos. Buscou-se contemplar todas as variações existentes no universo estudado e que tivessem influência nas diversas questões que envolvem a Assistência Técnica e Extensão Rural, de forma a garantir confiabilidade nos posicionamentos e uma descrição mais próxima possível das práticas executadas pela ATER e de sua relação com as organizações locais.

Nesse contexto, realizamos 30 (trinta) entrevistas com agricultores assentados, 10 (dez) com lideranças dos assentamentos, presidentes de associações e de cooperativas dos agricultores assentados e com representantes de sindicatos e movimentos sociais que atuam na área, e 6 (seis) com técnicos que atuam nos respectivos assentamentos estudados. Foi utilizado gravador, com o consentimento prévio dos entrevistados, e tendo como referência um roteiro de questões que versavam sobre a assistência técnica e extensão rural ofertada, os procedimentos metodológicos utilizados, bem como questões de caráter geral que foram utilizadas para compreender como cada segmento envolvido no processo se enxerga e como avaliam o envolvimento dos demais segmentos. No total foram realizadas 46 (quarenta e seis) entrevistas.

A seguir, foi realizada a transcrição das entrevistas. Após a transcrição, iniciamos a etapa de análise e sistematização das informações contidas nas entrevistas, buscando colocá-las em um formato que permitisse visualizar e descrever um conjunto de informações coletadas em diferentes assentamentos.

Após as transcrições dos diálogos foi iniciada a etapa de interpretação das informações. Cada entrevista foi criteriosamente verificada. Assim sendo, todos os temas e enunciados considerados importantes para instruí-las, foram anotados. Após análise minuciosa, caso houvesse necessidade, construímos novos agrupamentos que refletissem aspectos importantes para o objeto da pesquisa. Para cada questão discutida com os assentados as respostas encontradas foram agrupadas segundo os enunciados, resguardando as entrevistas e os respectivos trechos nos quais aparecem, ou mesmo as afirmativas similares que ocorreram.

Cada agrupamento foi nominado e representa o conjunto de ideias, valores, ou sentimentos encontrados nas diversas entrevistas e que contribuíram para compreender melhor o ponto de vista de cada entrevistado sobre as questões colocadas.

Por fim, alocamos em tabelas específicas quadros e gráficos, os diversos temas e os tipos de enunciados encontrados, com a finalidade de permitir a visualização dos elementos analíticos encontrados no levantamento.

As organizações dos Assentados no município de Jataí contribuíram diretamente para viabilizar as entrevistas de campo, notadamente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Associações e Cooperativas dos Assentados.

3. O UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

O município de Jataí está situado na região Sudoeste do Estado de Goiás. Possui uma população estimada 2013 de 93.759 habitantes, sendo que aproximadamente 90% residem no meio urbano e menos de 10%, no meio rural. Distante 320 km da capital (Goiânia), compõe, com outros municípios, a microrregião do Sudoeste de Goiás.

Seu clima é o tropical mesotérmico e úmido, com duas estações bem definidas pelo regime de chuvas, e as temperaturas normalmente variam: de 11°C a 27°C, no inverno, e de 18°C a 35°C, no verão. Existe preponderância do solo do cerrado, onde, nas regiões mais altas e planas, a agricultura se desenvolve. A altitude varia de 600 a 800 metros, com uma precipitação anual média de 1.600 mm .

Com essas características climáticas, existe a possibilidade de ocorrer duas safras por ano. Sua topografia é suavemente ondulada e seu território é de 7.174,231 km², com uma densidade demográfica de 12,27 habitantes/km². A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: Longitude: 51° 42' 52"W e Latitude: 17° 52'53"S.

Devido à sua excelente localização, por ser cortado por importantes rodovias e, ainda, por estar prestes a se tornar o entroncamento da Ferrovia Leste-Oeste com a Norte-Sul, o município de Jataí é visto como ponto de convergência de uma das principais rotas logísticas do País.

Em Jataí, foram implantados sete projetos de assentamentos (PA), sendo três mais antigos – o PA Íris Rezende Machado (Rio Paraíso), de 1989, com 176 famílias; o PA Santa Rita, de 1998, com 23 famílias; e o PA Rio Claro, de 2001, com 17 famílias. A partir de 2007, foram implantados novos projetos: o PA Nossa Senhora de Guadalupe, com 85 famílias; o PA Rômulo Souza Pereira, com 90 famílias; e o PA Terra e Liberdade, com 162 famílias.

O objetivo do trabalho foi investigar em que medida a adoção dos procedimentos metodológicos preconizados no PNATER tem sido efetivamente assimilada pelos técnicos de campo, observando se está contribuindo, ou não, para melhorar as condições de vida dos assentados do município de Jataí/GO. Este estudo analisou a ATER em cinco dos sete assentamentos existentes no município de Jataí/GO. Foram estudados os seguintes assentamentos: Projeto de Assentamento Rio Paraíso, Assentamento Santa Rita, Assentamento Rio Claro, Assentamento Nossa Senhora da Guadalupe, Assentamento Rômulo de Souza Pereira (Gurita)

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análises das informações oriundas das lideranças e dos assentados da reforma agrária sobre o serviço de ATER

Inicialmente solicitamos as lideranças, bem como aos assentados, que indicassem quais as atividades consideradas importantes e o que foi executado pelos técnicos da ATER. Neste componente englobamos todos os apontamentos feitos pelo entrevistado, não distinguindo se as ações realizadas são de competência ou não da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Neste item solicitamos às lideranças e aos assentados que recomendassem e expusessem quais as atividades organizadas pela Assistência Técnica e Extensão Rural eles consideram importante, e que trouxeram alguma contribuição para a melhoria do seu lote.

Consideramos todas as manifestações dos entrevistados, embora sempre indagando se a alternativa indicada foi realmente organizada pelos responsáveis da Ater no assentamento. Esta informação é relevante, pois muitas ações que ocorrem no assentamento podem ter outra origem, ou seja, em muitos casos são organizadas pelos sindicatos do município.

Foram identificados dez agrupamentos por similaridade: Cursos e treinamentos diversos; Acompanhamento de hortas; Atendimento à pecuária; Atendimento à leiteria; Elaboração de Pronaf; Introdução de mudas de eucalipto; Introdução de nova variedade de mandioca; Horta redonda; Plantio em estufa; Trabalho com as mulheres e Dia de campo.

Como podemos constatar a maioria das respostas identificadas demonstram a grande utilização de métodos de trabalho alinhados à abordagem difusionista. A escolha do método de trabalho pode indicar a forma de atuar de um técnico,

e observamos uma clara inclinação à abordagem acima citada, pois está sempre vinculada a adoção de tecnologias pelo agricultor.

Como averiguamos os entrevistados procuraram registrar os eventos que de alguma forma chamaram a sua atenção. Como quase todos pertencem a ações desenvolvidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural, em um primeiro momento, anotamos apenas a indicação, para depois, perguntar se o mesmo foi organizado diretamente pela Ater, ou apenas contou com a sua participação.

Todos os dez agrupamentos por similaridade elencadas de forma direta ou indireta representam ações da equipe de Ater. Os cursos foram realmente organizados pela Ater, contudo quando questionamos os assentados quem definia o assunto e o conteúdo do curso todos foram unânimes em afirmar que tudo era definido sem a participação dos assentados. Constatamos que muitos dos temas trabalhados não eram de interesse dos assentados, contudo, os que a temática se aproximava do interesse e da problemática vivenciada pelos assentados se tornaram grande sucesso com uma boa presença dos assentados. Outro registro importante foi constatar que estes cursos não foram direcionados apenas para a área agrícola e pecuária.

Outros grupos de respostas encontradas no estudo coincidem com programas e projetos desenvolvidos pela Ater, tais como, “A horta redonda” e “plantio em estufa”. A primeira, horta redonda foi um sistema demonstrativo implantado em alguns assentamentos que realizam o plantio em círculos, também conhecido com sistema “Mandala”. Esta configuração de plantio chamou muita atenção dos assentados devido seu formato circular, contudo não alcançou o resultado esperado pois não verificamos mais a utilização deste sistema nos assentamentos pesquisados. Quanto ao plantio em estufa foi mencionada de forma predominante no assentamento Santa Rita e pelos assentados envolvidos no programa de compra para a merenda escolar. Alguns relataram a importância destas estruturas e não as construíram em seus lotes alegando custo alto e falta de assistência técnica específica.

Os outros dois agrupamentos identificados “Introdução de mudas de eucalipto” e “Introdução de nova variedade de mandioca” também se referiam a unidades demonstrativas e campos de multiplicação de variedades implantadas pela Ater em vários assentamentos do município de Jataí Goiás. Não conseguimos identificar se estes procedimentos faziam parte de um planejamento estratégico para os assentados, uma vez que ocorreu de forma isolada não estando programadas ações futuras com as produções obtidas.

O único agrupamento encontrado que sinaliza um trabalho coletivo foi “trabalho com as mulheres” que incentivava as mulheres a se organizar em pequenos grupos

e buscarem alternativas produtivas. As manifestações agrupadas nestes itens são principalmente provenientes do assentamento Santa Rita e do novato assentamento Gurita.

O Dia de campo, método utilizado pela Assistência Técnica e Extensão Rural muito comum na região foi citado apenas no assentamento Rio Paraíso como uma das atividades desenvolvidas na cultura da Soja. Este método de trabalho sempre foi muito usado pela Extensão Rural no município.

Neste mesmo assentamento constatamos que a cooperativa dos assentados realizou, em parceria com empresas que atuam no município outros eventos para apresentar aspectos teológicos voltados para a cultura da soja.

E finalmente, o agrupamento “elaboração do Pronaf”, é recorrente e sempre lembrado como um trabalho executado pela Ater. Em vários quesitos os assentados reportaram novamente as questões do Pronaf, principalmente nos assentamentos que ainda não tiveram acesso aos recursos oriundos deste programa, ou seja, assentamento Gurita e Nossa Senhora do Guadalupe. Ainda persiste nos assentamentos estudados uma grande vinculação da ATER com o crédito rural, prática muito utilizada pelos técnicos que atuaram na extensão rural no município.

Para melhor visualização estes mesmos elementos foram novamente distribuídos, segundo as respostas obtidas, em cada associação pesquisada e organizados na tabela 1.

Este quadro evidencia que dos agrupamentos identificados três tiveram predomínio correspondendo 61% das ocorrências sendo elas: 1 – Cursos e treinamentos diversos, 2 – Atendimento a pecuária leiteira e 3 – Elaboração de Pronaf. As demais em conjunto completaram os casos verificados “Acompanhamento de hortas”, “Introdução de mudas de eucalipto”, “Introdução de nova variedade de mandioca”, “Horta redonda”, “Plantio em estufa” e “Dia de campo” estão claramente relacionadas ao componente tecnológico que predominou nas ações da Assistência Técnica e Extensão Rural nas áreas de assentamento do município de Jataí.

As respostas “Trabalhos com as mulheres” foram indicadas no assentamento Santa Rita, em virtude de um projeto envolvendo a discussão sobre apicultura como alternativa de geração de renda. Outros assentamentos fizeram menção de trabalhos similares em outras áreas, e afirmaram que existia a promessa de aportar de recursos que não foi concretizado. Estas propostas sugeriam aplicação em avicultura caipira, pequenos pomares e outras criações, e não estava obrigatoriamente direcionado a grupos de mulheres.

Na Figura 1, podemos examinar o comportamento de cada grupo de respostas encontradas pelas associações pesquisadas.

Tabela 1 - Atividades consideradas importantes e que foram executadas pelos técnicos da ATER por assentamento pesquisado.

Grupos de respostas	Frequência Lideranças	Assentamentos					Total	%
		1	2	3	4	5		
Cursos e treinamentos diversos	4	3	3	2	3	4	15	37
Acompanhamento de Hortas	1	1	-	-	1	-	2	5
Atendimento a pecuária leiteira	2	1	-	3	-	1	5	12
Elaboração de Pronaf	2	1	1	-	2	1	5	12
Introdução de mudas de eucalipto	1	1	-	-	1	-	2	5
Nova variedade de mandioca	1	-	-	2	1	-	3	7
Horta Redonda	1	-	3	-	-	-	3	7
Plantio em estufa	1	2	-	-	-	-	2	5
Trabalho com as Mulheres	1	2	-	-	-	-	2	5
Dia de campo	1	-	-	-	-	2	2	5
Total	15	12	7	7	8	8	41	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Com os percentuais determinados finalizamos constatando que tanto as lideranças quando o conjunto dos assentados apontaram diversos procedimentos metodológicos utilizados pela Ater, contudo o mais preocupante foram os relatos destacando a falta de consulta aos interessados como no caso da escolha dos cursos e treinamentos ofertados. Este agrupamento foi predominante nas respostas das lideranças e dos assentados. A mesma fórmula conduzida sem o debate foi constatada na escolha da implantação dos programas, e unidades demonstrativas, pois em todas as ocasiões indagamos sobre a participação dos assentados e verificamos que em todas não ocorreu uma consulta prévia aos assentados. Isto caracteriza o exercício de uma forma de Ater, não condizente com o preconizado pela Política Nacional.

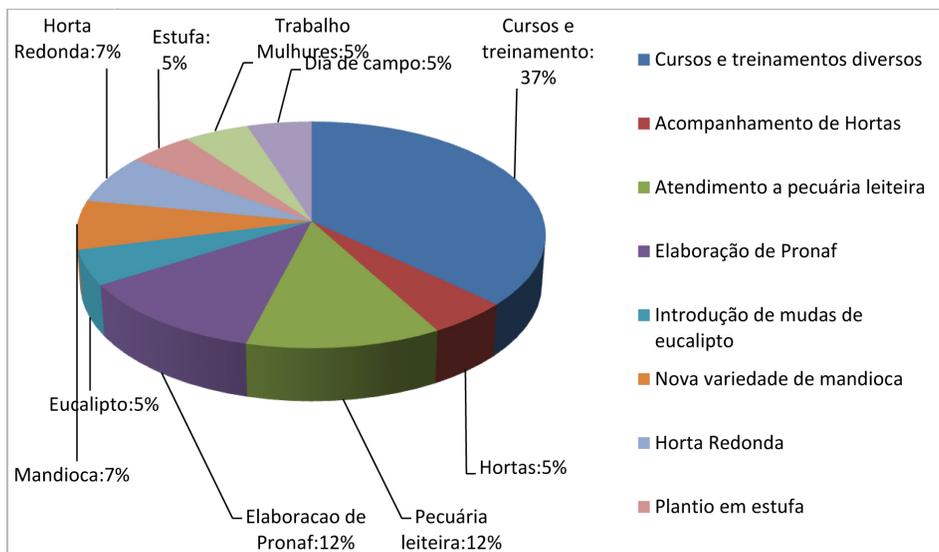


Figura 1 - Atividades consideradas importantes e que foram executadas pelos técnicos da ATER por assentamento pesquisado

Fonte: Dados da Pesquisa

A próxima questão foi direcionada apenas para as lideranças do assentamento, com as quais dialogamos sobre aspectos referentes à participação dos assentados nas ações de Ater. Colocamos a seguinte questão: Como o técnico responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural conduz os trabalhos neste assentamento? Ele busca a participação dos assentados em todas as atividades executadas?

Todas as respostas indicaram pouca participação dos assentados nas decisões, não sendo consultados sobre determinados programa ou projetos. Quando isto ocorre é apenas para referendar o que foi decidido em escalas superiores. O diálogo não prevalece embora algumas lideranças realçarem que alguns técnicos apresentam um comportamento educado e atencioso, enquanto outros são arrogantes e não querem saber da opinião dos assentados.

Não o técnico somente visita os assentados, somente falamos da produção. (Entrevista L 4).

O técnico vem pouco no assentamento e quando vem visita apenas o presidente da associação (Entrevista A – 1).

Outros entrevistados afirmaram que quando possível os técnicos buscaram a participação dos assentados e que muitas de suas limitações estavam relacionadas às condições de trabalho. Verificamos que muitas colocações retratam a falta de recursos para as atividades de campo e as restrições de caráter burocráticas que foram relatadas pelos técnicos de campo.

Outros relatos evidenciaram a falta de planejamento no atendimento dos assentados, o que pode gerar uma atuação privilegiada para alguns e a falta de atendimento para outros assentados. Neste aspecto os entrevistados voltaram a realçar a apreensão com a frequência e continuidade do atendimento dos técnicos de campo.

Quando teve condições buscou a participação (Entrevista L – 6).

Hoje não, embora já conversássemos sobre a criação de um grupo de apicultura. Este grupo trabalhou próximo, mas hoje atua isolado. Contudo esta discussão não foi conduzida pela assistência técnica. (Entrevista L – 2).

Muitas vezes os técnicos não tinham recursos para comprar gasolina e atender o assentamento (Entrevista A – 8).

Estas informações serão checadas com as respostas oriundas das entrevistas com os técnicos responsáveis para podermos compreender e estabelecer uma visão equilibrada de como está sendo conduzida a importante questão da participação na área estudada. Contudo, novamente encontramos nos depoimentos acima elementos que realçam a existência que problemas estruturais e de continuidade das ações que afetam os trabalhos da ATER nos assentamentos estudados. Constatamos que trabalhos bem elaborados e com grande perspectiva de alcançar um resultado positivo foram afetados por questões externas.

Entretanto, constatamos ainda que vários cursos e treinamento sobre administração rural e outros elementos nesta linha tenham sido ofertado em diversos assentamentos do município. Outros declararam que encontraram dificuldades por ocasião da aquisição dos animais financiados, porquanto, ao seguir as orientações dos técnicos adquiriram vários animais (bovino de leite) não adaptados às condições locais o que acarretou problemas que até hoje, segundo o assentado, prejudica na condução de seu lote.

4.2 Análise dos Técnicos Extensionistas sobre a utilização de procedimentos metodológicos participativos

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural recomenda uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de

Inovações e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, substituindo-os por novos enfoques metodológicos, que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos.

Para identificar e compreender a visão dos técnicos que atuam nos assentamentos do município de Jataí – GO, quanto a importância dos procedimentos metodológicos e a sua utilização nas ações cotidianas empregamos os seguintes recursos.

No primeiro momento indagamos aos técnicos se utilizam metodologias participativas em sua atuação em áreas de assentamento. Todos relataram que fazem uso destes procedimentos metodológicos em todas as atividades conduzidas por eles.

No intuito de ratificar este entendimento pedimos que elencassem as principais atividades ou ações que a Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvem nos assentamentos atendidos. Com a contribuição de todas foram listadas as seguintes atividades:

Adequação ambiental; Regularização perante órgãos do setor (Entrevista T – 2).

Acompanhamento técnico das lavouras e criações. (Entrevista T – 5).

Emissão de DAP (Entrevista T – 5).

Inclusão dos assentados junto às políticas públicas (Entrevista T – 1).

Palestras com temas de assuntos pertinentes às realidades da comunidade, e unidades demonstrativas (Entrevista T – 5).

As atividades descritas pelos técnicos correspondem às consideradas atribuições dos extensionistas de campo. Algumas atividades relatadas indicam claramente o caráter de execução de uma tarefa ou obrigação, como constatamos na afirmativa: “somos responsáveis pela emissão de DAP” (Declaração de Aptidão).

Outras colocações reforçam a atuação dos técnicos na linha difusionista tais como acompanhamento técnico das atividades e com a indicação da utilização de procedimentos metodológicos ajustados a este entendimento. O componente técnico é predominante nos depoimentos coletados.

No entanto, encontramos relatos contendo referências a uma nova forma de atuar, tais como “muita paciência, para ouvir e avaliar e entender cada um” ou mesmo novos componentes que extrapolam a simples atuação de um técnico, e demonstram uma visão estratégica, principalmente quando relatam a intenção de inserir os assentados nas políticas públicas existentes para o setor.

Após a descrição e o detalhamento das principais atividades realizadas pelos técnicos que atuam nos assentamentos estudados, procuramos identificar quais os

principais procedimentos metodológicos foram utilizados para concretizar estas ações. Estas foram as principais indicações:

Visita às propriedades (Entrevista T – 1).

As reuniões são com alguns grupos e pouco ocasionais (Entrevista T – 6).

Explicação pessoal individual ou coletiva, observações a campo, cursos, palestras, dia de campo, visitas técnicas, visitas a feiras, vídeos. (Entrevista T – 4).

Neste quesito o detalhamento das metodologias utilizadas volta a corroborar com predominância da linha difusionista. Todas as respostas evidenciaram a primazia do uso de visitas técnicas individuais em detrimento de métodos grupais, mais apropriados para serviços desta natureza.

Para proporcionar o debate sobre metodologias participativas elaboramos um quesito no qual constava uma série de procedimentos metodológicos e solicitamos que o entrevistado indicasse qual já fez uso no seu cotidiano de responsável pela execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Foram estes os procedimentos indicados:

Caminhadas e observação direta (Entrevista T – 2).

Visita nas propriedades existe espaço para interação individual com o parceiro proporcionando a observação da realidade e das problemáticas. (Entrevista T – 5).

Ultimamente não, pois não temos muito subsídio para que isso ocorra. (Entrevista T – 6).

Neste mesmo questionamento acrescentamos novas indagações, entre as quais, se é possível exemplificar os resultados alcançados com a utilização destes métodos de trabalho, e quais os principais obstáculos que têm encontrado na utilização destes procedimentos metodológicos. Abaixo relacionamos as principais contribuições dadas:

Intensificação da produção de leite após a formação de grupos de produtores. Com limitado recurso financeiro (Entrevista T – 2).

Toda metodologia a ser aplicada requer muito interação com as famílias, para conseguir tirar as informações necessárias, pois nem sempre elas são ditas na primeira pergunta, tem que ser um diálogo, e gerar confiança, para que sejam colhidas as respostas verdadeiras. (Entrevista T – 1).

Palestras com temas de assuntos pertinentes às realidades da comunidade, e unidades demonstrativas. (Entrevista T – 5).

Como podemos constatar não existe uma uniformidade de entendimento quando se refere a procedimentos metodológicos. Alguns técnicos abordam esta

questão demonstrando maior domínio do conteúdo ou dos elementos teóricos envolvidos nestes procedimentos. Outros continuam reproduzindo todo o aparato metodológico da abordagem difusionista que tratamos em outra seção deste estudo.

Embora seja reconhecido que a utilização de Metodologias Participativas contribua para a dinâmica dos serviços de Ater, ainda é muito limitada sua utilização nos assentamentos pesquisados. Até os procedimentos relatados pelos técnicos não foram mencionados pelos assentados e suas lideranças.

Encontramos relatos de técnicos que afirmaram que nunca utilizaram os procedimentos metodológicos participativos no seu cotidiano, acrescentando que apenas alguns técnicos que atuam em áreas de assentamento do município de Jataí confirmaram que receberam treinamento específico para compreender a importância da utilização destes procedimentos, bem como relatos nos quais os entrevistados recordaram de outras épocas da Extensão Rural afirmando que houve uma época em que dispúnhamos de recursos para ministração de cursos, e que o resultado e a participação dos produtores eram muito satisfatórios, mas hoje nossa realidade é precária. Estes registros relacionam que a falta de recursos está afetando a forma de trabalho e muitas vezes até a escolha do procedimento metodológico utilizado. Hoje nossa atuação está restrita ao atendimento individual do assentado no escritório, quando é possível realizamos visitas e pequenas reuniões.

A falta de recursos provoca dificuldade de deslocamento para o técnico, reduz substancialmente as possibilidades de atuação, além de comprometer a continuidade do trabalho e a credibilidade do trabalho.

No conjunto podemos afirmar que os usos dos procedimentos metodológicos não são utilizados pelos técnicos que atuam no município. É aparente a predominância do uso de métodos tradicionais com o objetivo de levar tecnologias para aumentar a produção e produtividade. Entretanto, encontramos nos relatos alguns subsídios que sinalizam para um incipiente esforço voltado ao apoio grupal através da formação de grupos de interesse ou grupos de mulheres, que de está diretamente sintonizado às prioridades da nova política. Estes trabalhos foram amplamente afetados pela frequência irregular das visitas dos técnicos e da descontinuidade do trabalho devido a aspectos contratuais, afirmaram alguns entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de assentamentos foi objeto de uma série de experiências, buscando consolidar novos modelos e formatos, que fossem apropriados às especificidades das áreas de assentamentos no Brasil. Contar

com uma equipe que disponha de conhecimento técnico e principalmente com a expertise para lidar com esta realidade tornando-a produtiva, segundo as concepções vigentes em cada época, sempre foi à imaginada alternativa para viabilizar e consolidar os assentamentos da Reforma Agrária, por meio do aumento da renda e da inserção ao mercado.

No percurso desta trajetória ocorreram avanços e retrocessos, muitas vezes devido à disputa por recursos, conceitos ou poder, e deparamos com uma série de programas e projetos implementados sem sucesso, até que, recentemente, surgiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, e que uniformizou e definiu rumos para todo o exercício de Ater no Brasil.

Como vimos anteriormente, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), preconiza ações para: assegurar o atendimento exclusivo aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, e outros beneficiários definidos como prioritários pelos programas do MDA/SAF e sugere também a adoção de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, por meio da adoção de novos enfoques metodológicos participativos.

Estes princípios basilares da Pnater devem nortear todas as atuações de Ater, aperfeiçoando uma dinâmica de atendimento às famílias assentadas, priorizando a qualidade nos serviços prestados, que requer planejamento, uso de procedimentos metodológicos participativos e uma visão de desenvolvimento sustentável no meio rural, dentre outras.

O desígnio de pavimentar os caminhos que induzira os assentados a perceber e trilhar os percursos do desenvolvimento sustentável, somente pode ser materializado, por meio do uso de metodologias participativas, pois estes procedimentos têm como objetivo estimular o empoderamento do assentado, contribuindo para o seu crescimento econômico, social e cultural. Além disto, desperta nos indivíduos e nos grupos, pontos importantes para instigar e reforçar a autoestima, a motivação e o envolvimento das pessoas nas soluções dos problemas comuns. A abordagem da questão das metodologias participativas foi o componente essencial deste trabalho, devido sua importância dentro da discussão de viabilidade e inserção dos assentamentos da reforma agrária.

Foram cuidadosamente apreciadas todas as afirmativas e considerações dos entrevistados que direta ou indiretamente abordavam as questões das Metodologias Participativas.

No caso estudado, verificamos reiteradamente a não utilização de procedimentos metodológicos participativos. Embora os técnicos entrevistados afirmem que

utilizam estes procedimentos, quando solicitamos a todos aos entrevistados para apontar as principais atividades organizadas pelo responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural, eles indicam procedimentos muito utilizados na época da abordagem difusionista. Todos os métodos utilizados não tem a participação dos assentados sendo decidido em instancias superiores exercendo uma influencia negativa ao grupo dos assentados.

Outra evidência considerada e a pequena inclusão das organizações dos assentados em todo o processo o que em última instância fortalecem o individualismo e produzem impacto negativo no associativismo o reconhecendo como força motora das transformações nos processos sócio-políticos. Estas colocações confirmam que os serviços de ATER não privilegiam o enfoque preconizado no PNATER, sendo este um dos aspectos que contribuem para a elevada precariedade dos assentamentos em Jataí.

Neste contexto, e com base nas informações relatadas, percebemos que os procedimentos metodológicos participativos não são utilizados de forma adequada pelos técnicos em seu cotidiano.

Para concluir, reconhecemos que discutir e Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de assentamento permanece uma temática bastante contemporânea e repleta de alternativas de abordagens e conteúdos. Este artigo teve o objetivo de contribuir com este debate. Estamos convencidos que, devido a complexidade e a relevância do tema novos estudos e pesquisas deverão ser implementadas, buscando ampliar e aprofundar o conhecimento, que sempre será o diferencial para viabilizar, humanizar e democratizar deferentes áreas de assentamento da reforma agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, Brasília, n. 1, jan./abr., 1998.

AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMATER. *Metodologia de Extensão Rural Supervisão de Metodologia e Capacitação*, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: MDA, 2008.

_____. *Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER*. Brasília: MDA/SAF, 2010.

CAPORAL, F. R. 11.858 – *Lei de Ater*: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Cadernos de Agroecologia, Fortaleza/CE, v. 6, n. 2, 12 a 16 dez. 2011.

_____. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Río Grande do Sul, Brasil*. Córdoba: ISEC-ETSIAN, mimeo, 1998.

CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994a.

_____. Participatory Rural Appraisal (PRA): analysis of experience. *World Development*, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994b.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATEs”. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, Brasília/DF, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez.2004.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PRETTY, J. N. & VOLOUHÊ, S. D. (1997): Using Rapid or Participatory Rural Appraisal. IN: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P. & SOFRANKO, A. J. (eds.) *Improving Agricultural Extension: A Reference Manual*. Roma: FAO, 1997.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, 1997.

ROGERS, E. M. *Diffusion of Innovations*. New York: The Free Press, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriactividad y desarrollo rural en el Sur de Brasil*. Córdoba: Universidad de Córdoba, mimeo, 2000.

SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SUASSUNA, C. M. *Cultura local e metodologias participativas em assentamentos rurais: o caso de brinco de ouro*. Viçosa: UFV, mimeo, 2004.

SWANSON, B. E., BENTZ, R. P., SOFRANKO, A. *Improving agricultural extension: a reference manual*. Rome: FAO, 1997.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP*. Brasília: MDA/SAF, 2006.